

DICÇÕES DA COMUNIDADE IMAGINADA

Denise Brasil A. Aguiar (UERJ)

Precisamos adorar o Brasil!

**Se bem que seja difícil caber tanto oceano e tanta
solidão**

**no pobre coração já cheio de compromissos...
se bem que seja difícil compreender o que que-
rem esses homens**

**por que motivo eles se ajuntaram e qual a razão
de seus sofrimentos.**

(Carlos Drummond de Andrade, “Hino Nacional”)

Já é amplamente difundido o questionamento acerca das “descobertas” dos conquistadores europeus, visto que todos os batismos, fronteiras e futuras nações resultantes da aventura ultramarina dos séculos XV e XVI são, na realidade, *invenções* históricas e *construções* culturais ou políticas. Se é verdade que o território tinha existência concreta, o Brasil é criação exterior, devidamente acompanhada do que Marilena Chauí chama de “mito fundador”, isto é, aquele “que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias”, de modo a ser “sempre a repetição de si mesmo”. (Chauí, 2000, p. 09)

No caso do Brasil, a natureza exuberante e fértil, o gigantismo que predispõe a terra a um destino igualmente grandioso, o sentido da dádiva de Deus, a vocação pacífica e cordial de seu povo, a pluralidade e a riqueza inerentes ao território, são todos elementos que entram em operação no auto-reconhecimento do país, à medida que participam da sua fundação como comunidade imaginada. O mito que tais elementos ajudam a configurar impõe “um vínculo interno com o passado de origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal” (*idem, ibidem*).

Esse conceito de fundação diferencia-se da “formação”, que se encontra vinculada a processos temporais, a acontecimentos histó-

ANÁLISE DO DISCURSO

ricos, vistos tanto em suas determinações econômicas, sociais e políticas, como em suas diversas representações. Tais vinculações são estranhas ao mito, que almeja situar-se além do tempo, fora da história, em um presente que não cessa nunca de se atualizar, sob a multiplicidade de aspectos ou formas que possa assumir. Daí a impressão de que *é* e sempre *foi* assim, projetando, também para o futuro, sua repetição.

Também o discurso será lugar de construção do paradigma fundador, conforme demonstra Eni Orlandi, em ensaio no qual discute a construção da identidade nacional pela linguagem, pela construção de dados “sítios de significação”, especificamente a partir dos cronistas do início da colonização, que ainda funcionam como uma referência básica no imaginário constitutivo do Brasil.

Citando Pierre Nora, a autora evoca o conceito de “lugar de memória” para falar de um inventário de lugares em que essa memória (nacional) se encarna, pela vontade dos homens ou trabalho dos séculos, em uma configuração que os aproxima daqueles construtores do semióforo, tal como o definiu Marilena Chauí. São festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também louvações, arquivos, dicionários, museus, tudo o que possui alguma existência material ou ritualística e que remeta a uma memória comum, que confira coesão a um grupo, particularmente sob a capa do nacional.

A esses elementos de construção simbólica, Orlandi acrescenta enunciados, como os dos discursos fundadores, que ela define e exemplifica:

(...) aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido: diga ao povo que fico, quem for brasileiro siga-me, libertas quae sera tamen, independência ou morte, em se plantando tudo dá etc.

São enunciados que ecoam (...) e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa construção cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade. (Orlandi, 2001, p.12)

Esse tipo de discurso tem a propriedade de projetar-se para frente e para trás, trazendo o novo para o permanente. A operação do imaginário que garante o efeito do familiar, do evidente, daquilo que sempre foi e sempre será, relaciona o discurso fundador com a idéia

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de filiação. Significativamente, Orlandi exemplifica com a frase “Em se plantando tudo dá”, amplamente reconhecida como uma matriz de interpretação do Brasil, formulada a partir de uma adaptação de outra (“...querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por causa das águas que tem”), que está na Carta de Caminha:

Esse enunciado ressoa em muitos outros, repercutindo sentidos variados no sentimento de brasilidade. Terra pródiga. Gigante pela própria natureza. Mas mal administrada, pilhada há séculos e que embora seja explorada continuamente não se esgota. (Orlandi, 2000, p. 14)

De fato, a partir desse discurso fundador são construídas outras interpretações, nas quais se desvelam as ideologias que alimentam todas elas, na construção de sentidos em nossa experiência social: da preguiça do brasileiro, de sua vocação natural para o desperdício e para a corrupção, até sua destinação para um futuro grandioso de fartura e riqueza; são todos discursos amplamente reconhecidos no cotidiano, que se filiam à frase presente (mesmo com formulação um pouco distinta) na Carta. Nesse processo de construção de sentidos, obliteram-se tanto o dado religioso, enfatizado por Caminha como sendo aquilo que de melhor a terra daria ao Reino português, quanto a decepção pela ausência dos metais preciosos tão almejados pela empresa ultramarina. Ocorre, portanto, uma seleção, já ideológica, do elemento da fertilidade da terra para a formação dessa tão conhecida matriz interpretativa acerca do Brasil.

Na invenção do Brasil, essa matriz de sagração da natureza tem vida longa, como atestam diversos exemplos no percurso do pensamento e da arte. Rocha Pita, em 1730, associava claramente o Brasil ao Paraíso, com uma natureza bela e exuberante como não se via “em nenhuma outra região” – com o céu “mais sereno”, “a mais bela aurora”, o sol de raios mais dourados, estrelas “benignas e alegres” (*apud* Chauí, 2000, p. 6). Uma natureza tão cheia de qualidades plásticas e espirituais que haveria de influenciar a tudo e todos, alimentando uma espécie de sagração de impressionante longevidade e constância.

Marilena Chauí analisa algumas das construções desse sentido, apontando o vínculo particular da “visão do paraíso” a que se refere Sérgio Buarque de Holanda com todo um arsenal mítico e religioso, já existente no imaginário ocidental antes de os portugueses aqui chegarem. O “Paraíso Terreal”, citado por Rocha Pita, encontra-

ANÁLISE DO DISCURSO

se na Bíblia, o que faz da “descoberta” do Brasil, tal como é descrita, também um ato produtor de semióforo para o Velho Mundo. Na verdade, o Novo Mundo assim se configura à medida que, do ponto de vista simbólico, as viagens de descoberta e conquista alargam o visível, atando-o a um invisível originário, o Jardim do Éden. No caso do Brasil, há ainda os ecos de outros discursos do mundo conhecido de então, que confirmam o mítico e paradisíaco:

Os escritos medievais consagram um mito poderoso, as chamadas Ilhas Afortunadas ou Bem-aventuradas, lugar abençoado, onde reinam primavera eterna, e onde homens e animais convivem em paz. Essas ilhas, de acordo com as tradições fenícia e irlandesa, encontram-se a oeste do mundo conhecido. Os fenícios as designaram com o nome Braaz e os monges irlandeses as chamaram de Hy Brasil. Entre 1325 e 1482, os mapas incluem a oeste da Irlanda e ao Sul dos Açores a Insulla de Brazil ou Isola de Brasil, essa terra afortunada e bem-aventurada que a Carta de Pero Vaz de Caminha descreveu ao comunicar a El-Rei e o achamento do Brasil. (Chauí, 2000, p. 60)

Desse modo, mesmo a Carta integra uma tradição de discursos que no Velho Mundo fundaram dadas interpretações, inclusive aquelas que contribuía para justificar as conquistas nas dispendiosas e arriscadas viagens ultramarinas. Não é à toa que também Cristóvão Colombo, em carta enviada aos reis em 1501, relatando sua terceira viagem, afirma ter encontrado o Paraíso Terrestre, descrevendo-o cercado de uma muralha de montanhas e rios bravios, à semelhança do que consta das descrições imaginárias da Idade Média (Chauí, 2000, p. 61-2). Essas “visões do paraíso” impregnam as descrições de Colombo, como aponta ainda o próprio Sérgio Buarque de Hollanda, ao delinear os motivos edênicos que entraram em operação nas narrativas sobre as terras descobertas (Hollanda, 2000).

A idéia de um Novo Mundo, de fato, parecia preencher as lacunas de uma sociedade européia como a portuguesa que, segundo Raimundo Faoro, tinha de lidar com as muitas contradições e os ressentimentos advindos do projeto de poder de suas elites:

A aventura da Índia, as navegações de intermediação para o norte e o sul da Europa, ao tempo em que consumiam as ambições e as cobiças, deixavam, à borda da sociedade opulenta, uma larga faixa de espuma de pobres, desditados, ressentidos com a fácil riqueza alheia que mais lhe afrontava a miséria. Para esta gente, desprezada, faminta, esfarrapada, expulsa dos campos, não aquinhoada pelos nobres altivos ou pelos comerciantes retirados das navegações, desajustada nas cidades, para ela

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

era necessário, em favor da tranquilidade de todos, um escoadouro. A visão paradisíaca, criada pelo grupo dominante, filtrada pela imaginação dos letrados, servia para calar os ódios guardados. Longe, em outros hemisférios, fora do caldeirão das cobiças, havia terras virgens, habitadas de bons selvagens, onde a vida se oferece sem suor, para a glória de Adão antes do pecado. (Faoro, 2001, p. 119)

Nesse sentido, compreende-se a presença, na descrição da colônia feita por Pero Magalhães Gândavo, dos acenos de uma vida relativamente fácil e, sobretudo, bem distante da pobreza que marcava amplamente a experiência dos excluídos da modernidade pós-medieval em terras portuguesas:

Os mais dos moradores que por estas capitánias estão espalhados, ou quase todos, têm suas terras de sesmária dadas e repartidas pelos capitães e governadores da terra. E a primeira coisa que pretendem adquirir são escravos para nelas lhes fazerem suas fazendas: e se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu), logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família: porque um lhe pesca, e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e granjeiam suas roças, e desta maneira não fazem os homens despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. (...) Esses moradores todos pela maior parte se tratam muito bem, e folgam de ajudar uns aos outros com seus escravos, e favorecem muito os pobres que começam a viver na terra. Isto geralmente se costuma nestas partes, e fazem muitas outras obras pias, por onde todos têm remédio de vida e nenhum pobre anda pelas portas a mendigar como nestes reinos. (Olivieri & Villa, 2000, p. 123)

As bases da sociedade senhorial e escravocrata, que dominará o Brasil posteriormente, estão claramente descritas como as grandes vantagens da nova terra. A solidariedade com os que estão começando e as vastas possibilidades de viver bem pela via da exploração vantajosa do trabalho escravo, fornecem as condições para que todos tenham alguma chance e ninguém precise mendigar. A condição de colono, mesmo que despossuído e recém-chegado, soa, portanto, como antípoda daquele português condenado a contemplar, da janela da miséria, a prosperidade dos beneficiados pelo empreendimento comercial das navegações.

E assim esse Brasil-jardim, Brasil-paraíso, vai se espalhando por inúmeras manifestações sociais e culturais: na literatura ufanista, na letra do Hino Nacional, na explicação escolar das cores da bandeira, do auriverde pendão de nossa terra. Bem acomodada no mítico identificado pela natureza, a invenção do Brasil encontra facilidade

ANÁLISE DO DISCURSO

de livrar-se de dados incômodos históricos, tais como a escravidão, que muito tardiamente começa a ser sublinhada como traço formador (e, significativamente, nunca fundador) do país.

A consciência acerca desse processo de fundação aparece, com maior ou menor grau, no curso de nossa trajetória intelectual e artística. Parte significativa do movimento parodístico do nosso primeiro Modernismo, por exemplo, estará claramente assentada no questionamento dos mitos fundadores do Brasil, expostos, então, a uma contundente revisão crítica.

Mas na contemporaneidade, as matrizes que compuseram essa comunidade imaginada parecem estar em xeque, mas por outros motivos, pois sua dissolução parece se dar juntamente com o discurso crítico que delas fez seu objeto. De fato, no questionamento empreendido pelo discurso pós-moderno, a própria identidade nacional – problema que constitui o cerne dessas construções e desconstruções – encontra-se abalada pelo olhar desconfiado que se lança sobre a modernidade, fenômeno em que se insere o nacional. E dessa modernidade, sem dúvida, participa todo o aparato crítico construído pelos pensadores dos séculos XIX e XX, que propuseram modelos de interpretação da realidade, vistos agora, por alguns, como inadequados a uma realidade volátil como a contemporânea.

Este, sem dúvida, é um aspecto que explica, em grande medida, por que, em fins do século XX, em um momento reconhecido como de crise do sujeito e de suas formas de pertencimento, as narrativas que ainda tematizam o nacional o façam seguindo por caminhos diversos, via de regra buscando elementos da miúda experiência cotidiana ou realizando o pastiche do nacional.

Nesse contexto, Ronaldo Lima Lins publica o livro *Jardim Brasil: conto*, que retoma o mote do nacional com os instrumentos da contemporaneidade, estabelecendo um diálogo feito de tensão e ruína com esse discurso fundador. Como elemento formal estruturador, todos os capítulos se iniciam com fragmentos da Carta de Caminha pondo, lado a lado, duas temporalidades distintas de um mesmo Brasil. E no curso das reflexões e evocações de Leocádio Banao (personagem principal) e seus companheiros de viagem, vários outros tempos se cruzam incessantemente.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

De saída, as citações da Carta presentificam uma viagem tida como inaugural. Afinal, ela é o documento consagrado como testemunho da expedição ultramarina que nos teria dado condição de existência “moderna”, na perspectiva ocidental, européia. A partir daquele momento, o território passava a existir como colônia de um Estado europeu, integrando o projeto, já com ares modernos, do expansionismo mercantil.

No título, a idéia do “Jardim”, por sua vez, remete a uma cadeia de percursos. Se resgata a utopia do edênico, do paradisíaco, e a seu caráter perene, também se agrega, de modo indissociável, no relato bíblico, um movimento de saída, metaforicamente a viagem do homem rumo à sua própria historicidade e, conseqüentemente, à finitude.

No que tange à categoria de tempo, há de se notar que a dialética entre o perene e o histórico – expressa pela superposição entre a utopia edênica e o Brasil, território historicizado pelo batismo da colonização – reproduz-se e desdobra-se em outros elementos do texto. No emprego polissêmico, por exemplo, do vocábulo “conto”, feito no título, pode se fazer uma associação com características definidas e distintas no tempo. De fato, se a leitura do texto conduz à possibilidade de se tratar de processo verbal situado no tempo presente, há também, formalmente, a identidade com um substantivo designador de modalidade de construção ficcional ou de resultado da ação de contar. A clássica distinção entre o caráter estático dos nomes e o dinâmico, processual, dos verbos, inscrita nos domínios da temporalidade, indicia uma tensão narrativa que perpassará todo o texto.

Assim, ao já contado pela Carta, apropriado e remoldado por larga tradição ideológica, segue-se o contar de uma existência individual e social em curso. A vivência da catástrofe contemporânea nas searas urbanas do Brasil nos anos 90 choca-se com o sentido político da visão “natural” e positiva que, via de regra, foi impressa à leitura do texto de Caminha.

No mesmo âmbito da viagem pela modernidade histórica e cultural, é importante ainda dar destaque às duas modalidades de prosa envolvidas nessa interprojeção entre a Carta e a narrativa. Se no plano mais estrito do conteúdo ou da visão sobre o Brasil, a história narrada e os fragmentos da Carta parecem conviver em estado de

ANÁLISE DO DISCURSO

permanente tensão, conforme adiante se verá, também a chamada crônica de viajantes e o romance são indissociáveis das condições históricas e culturais em que se afirmaram.

No esteio das expedições ultramarinas, das luzes, de um expressivo progresso técnico, do impulso expansionista, o que se denominou genericamente de literatura de viagens não só expressava, no geral, a ideologia mercantilista, como voltava-se para um desejo de conhecimento de novos espaços conquistados, apoiando-se em formas narrativas e descritivas já presentes na Antiguidade e Idade Média (Saraiva & Lopes: s/d, p. 305-315). É significativo, nesse sentido, que a Carta pertença a uma época cultural imediatamente anterior a *Os Lusíadas*, grande realização da épica portuguesa – inspirada exatamente nos feitos ultramarinos –, mas que, ao mesmo tempo, representava um dos últimos suspiros desse gênero literário, em um mundo que já então se projetava aceleradamente rumo a novos valores e nova ordem econômica.

Em *Jardim Brasil*, revela-se um deslocamento: a matéria épica das navegações, presente nos fragmentos da Carta, convive com a versão algo solitária da experiência histórica de Leocádio. Assim, a memória evocada, que outrora dera origem ao canto épico, convive com o desenrolar do “conto”, narrativa singularizada de uma vivência fragmentária. Essas duas modalidades de discurso literário mantêm entre si uma relação constante de remissão e desconstrução, que parece guardar semelhança com o próprio movimento moderno em seu tenso convívio com as tradições, conforme nos apontara Walter Benjamin (1995).

Também outros períodos da história do Brasil compõem um dos importantes percursos da narrativa. Muito para além de um pano de fundo para as desventuras do personagem, a era Vargas, a violência da corrida armamentista, a ditadura militar, os simulacros da era Collor, todos são vivências que comparecem à viagem de Leocádio na sua condição de homem comum. De fato, se Leocádio não foi, a rigor, protagonista importante de nenhum dos episódios históricos narrados, a circulação desses tempos pelos meandros da narrativa revela-se harmônica em relação à estrutura de superposição da Carta com a vida contemporânea do personagem. Ou seja: todos esses tempos se encontram na vida presente daquele Banao que experi-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

menta, no final do século XX, as ruínas produzidas pelo fenômeno moderno, no geral, e pelo atravancado processo de modernização do Brasil, em particular.

Em uma leitura benjaminiana, é possível interpretar que a narrativa, ao debruçar-se sobre essas ruínas do presente, fixa seu olhar sobre a catástrofe de um passado que, na trilha do inconcluso fenômeno da modernidade, produziu graves desequilíbrios, ainda que sob o manto do progresso e da grandeza nacional. O narrador de *Jardim Brasil*, a certa altura, fornece uma pista desse caminho de interpretação, na constatação do desespero do personagem: “Seriam bons aqueles tempos? Não. Nunca se referia assim ao passado. O antes confirmava o agora, não oferecia alternativas. O adiante, como o antes e o agora, repetiria, com certeza, o que já se pensava.” (Lins, 1997, p. 11)

Na evocação lacunar dos elementos do passado, a narrativa de *Jardim Brasil* assume os contornos de um eixo paradigmático entre tempos e espaços que, mesmo separados pelas regras do historicismo, comparecem à representação de fenômenos sociais que vêm há muito acompanhando o homem moderno em sua jornada, povoada de impasses e problemas os quais, por sua vez, em muito vão alimentar sua tradição cultural, universo incessantemente trazido à tona no romance.

Nesse diálogo, as muitas dicções dessa comunidade imaginada chamada Brasil convivem nas configurações de uma crise que atinge também o discurso fundador, apontando para o vazio de uma experiência periférica que se constrói não só pelos seus elementos materiais (ou infra-estruturais), mas também das muitas dimensões simbólicas que se cristalizaram no imaginário das invenções e reinvenções do Brasil.

ANÁLISE DO DISCURSO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas* (vols. I, II e III). Trad. José Carlos Barbosa et al. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil* (texto integral). São Paulo: Martin Claret, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Col. Grandes nomes do pensamento brasileiro)

LINS, Ronaldo Lima. *Jardim Brasil: conto*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

OLIVIERI, Antônio Carlos & VILLA, Marco Antônio (org.). *Cronistas do descobrimento*. São Paulo: Ática, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SARAIVA, Antônio José & LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 12ª ed. cor. e atual. Porto: Porto Editora; Lisboa: Liv. Arnado; Coimbra: Emp. Lit. Fluminense. s/d.